

PENÉLOPE

FAZER E DESFAZER A HISTÓRIA

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL — Nº 13 • 1994

DIRECTOR
A. M. HESPAÑA

REDACÇÃO

Álvaro Ferreira da Silva (FE-UNL); Amélia Aguiar Andrade (FCSH-UNL); António Costa Pinto (CEHCP-ISCSTE); António M. Hespanha (ICS); Bernardo Vasconcelos e Sousa (FCSH-UNL); Carlos Fabião (FLL); Fernando Rosas (FCSH-UNL); Helder A. Fonseca (UE); José Manuel Sobral (ICS); Luís Krus (FCSH-UNL); Luís Ramalhosa Guerreiro; Mafalda Soares da Cunha (UE); Maria Alexandre Lousada (FLL); Nuno Gonçalo Monteiro (ICS); Nuno Severiano Teixeira (UE/UCP); Rui Ramos (ICS); Valentim Alexandre (ICS); Vítor Serrão (FLUC); Secretária da Redacção: Dulce Freire

Propriedade do título: Cooperativa Penélope. Fazer e Desfazer a História
Subsídios à Redacção da J.N.I.C.T. e S.E.C.

Os originais recebidos, mesmo quando solicitados, não serão devolvidos.

Edição apoiada por *Lisboa 94, Capital Europeia da Cultura*

© Edições Cosmos e Cooperativa Penélope

Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor

Impressão e acabamentos: Edições Cosmos

Maio de 1994
Depósito Legal: 49152/91
ISSN 0871-7486
ISBN 972-8081-42-1

Difusão

LIVRARIA ARCO-ÍRIS
Av. Júlio Dinis, 6-A Lojas 23 e 30 - P 1000 Lisboa
Telefone: 795 51 40
Telefax: 796 97 13

EDIÇÕES COSMOS

Rua da Emenda, 111-1ª - P 1200 Lisboa
Serviços Comerciais: Av. Júlio Dinis, 6C-4ª D
Telefone: 795 51 40 • Telefax: 796 97 13

As Capitais no Discurso Geográfico

António Gama

Geógrafo. Fac. de Letras da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Sociais

Entrado no território que tem Eutópica por capital, o viajante vê não uma cidade mas muitas, de igual grandeza e não diferentes umas das outras, espalhadas por um vasto e ondulado planalto. Eutópia não é uma mas sim todas estas cidades juntas...

(Italo Calvino, *As Cidades Invisíveis*)

1. A Cidade como Capital Política

Três ordens de razões estão na base das teorias sobre a cidade: a concentração económica, a nodalidade da comunicação e a centralidade do político. A maioria dos autores que se debruçaram sobre as origens do facto urbano dá preferência à interpretação económica para o justificar. Alguns deles, como Fustel de Coulanges ou Max Weber, acrescentam outras interpretações não confinadas a uma estrita origem económica. Para Fustel de Coulanges a cidade constitui um facto sócio-político, enquanto para Max Weber a cidade é, além de mais, um fenómeno político¹.

A cidade aparece assim, desde a sua origem, como um lugar emblemático de poder. Poder que se inscreve sobre os corpos e sobre os espaços de modo a organizar as populações e os recursos que fazem parte dos territórios e dos quais são artífices. A cidade surge por isso como uma obra humana, marcada numa primeira análise como um regulador económico das pessoas e das riquezas.

Dá que no discurso sobre a cidade se destaque principalmente a sua génese económica como fundamento das concentrações em que se traduz. Mas esta importância dada ao económico não deve ignorar, como faz alguma da teorização sobre o fenómeno urbano, que «a presença do facto político está em toda a parte na cidade: esta desempenha funções políticas ou administrativas em relação a um território mais ou menos extenso; participa no enquadramento territorial» (M. Roncayolo, 1990).

É a cidade como lugar de centralidade e de concentração de poderes que aqui nos interessa, na medida em que, como diz Henri Lefèbvre, a cidade política segue

de perto o estabelecimento de uma vida social organizada, unindo os grupos sociais dominantes, as instituições e os códigos sociais que lhe conferem a centralidade e a dominação. Esta centralidade e dominação advêm do poder daqueles que a povoam: «Padres, guerreiros, príncipes, nobres e chefes militares, mas também administradores e serviços». E, além disso, da apropriação de bens, de informação e de signos. «A cidade política não se pode conceber sem a escrita: documentos, ordens, inventários, cobrança de impostos. É inteiramente ordem e ordenamento, poder...» (Lefèbvre, 1970).

A cidade-política aparece pois como organizadora dos homens e dos espaços através do controlo de diferentes capitais — do capital dinheiro ao capital simbólico. Lugar de centralidade, a cidade evidencia-se como lugar privilegiado da expressão e da difusão das ideias, cabeça dos territórios, convertendo-se em lugar principal, em «capital, organizando as dominações e enquadrando as revoluções» (Roncayolo, 1990).

O nascimento do Estado moderno, em resultado da afirmação dos principados territoriais e das monarquias, faz-se por intermédio e à custa das cidades e manifesta-se numa nova reorganização territorial. «A consolidação do poder na capital política foi acompanhada pela perda de poder e iniciativa nos centros locais: o prestígio nacional significou a morte da liberdade local de tipo municipal» (Mumford, 1970). A emergência da cidade-capital de Estado fez-se à custa das autonomias de outras cidades e por meio da afirmação de uma entre elas através de uma concentração de meios, de recursos e de símbolos, de uma nova centralidade que se expressa numa dominação territorial mais extensa. Por outro lado, traduziu-se também numa transformação do próprio espaço urbano, alargando-se e embelezando-se, com o nascimento de um urbanismo que patenteava e distinguia a nova centralidade recentrada e alargada.

Esta transformação opera-se, na Europa Ocidental, nomeadamente desde o século XVII, por caminhos diversos, compromissos ou intervenções violentas, tempos e modos variáveis segundo as regiões. A construção do Estado moderno não parece suprimir nem a tradição, nem o patriotismo, nem a organização municipal, apenas lhes reduz o campo, disciplina o seu funcionamento, modifica as suas regras (Roncayolo, 1990). Por seu lado, uma cidade, pela sua função crescente de enquadramento e de dominação territorial, acaba por ser marcada pela mudança política. A eleita, dotada de maior centralidade e de maior concentração de signos de poder, converte-se em capital.

Este texto tem como preocupação central fazer um percurso pela reflexão geográfica sobre as capitais, procurando a relação entre os temas dominantes, o tipo de discurso e os contextos sociais.

2. A Emergência da Geografia Política e o Estudo das Capitais

Os fundamentos do discurso em que se baseia a teoria sobre a cidade e, no caso em questão, sobre a cidade-capital aparecem neste período estreitamente ligados à

metáfora organicista, que faz do corpo a sua referência ao mesmo tempo descritiva e globalizadora. Na viragem do século, a geografia em geral e a geografia política em particular inserem-se nesta corrente de ideias.

Por outro lado, no que respeita à geografia política do último quartel de oitocentos, expressa bem a problemática da territorialização do Estado moderno e da definição do centro e dos limites desse território. Ao nascer de uma necessidade colectiva e de um contexto intelectual peculiar, — isto é, pensar espacialmente os corpos políticos constituídos e, ao mesmo tempo, encará-los em analogia com os corpos biológicos então conhecidos, a geografia política apresenta-se com duas preocupações dominantes. A primeira, visando a compreensão e a realização das novas territorialidades políticas surgidas com o advento do Estado moderno e dos fenómenos de independência nacional que o acompanhavam. A segunda, a necessidade de territorializar o Estado moderno, dotando-o de referências geográficas política e cientificamente reconhecidas.

A este propósito, Paul Claval defende que o fim do século XIX e o princípio do século XX oferecem o melhor dos contextos políticos e intelectuais para uma reflexão sobre o Estado e o seu poderio. As nações europeias acabam de se constituir em Estados modernos, os quais necessitam de cidadãos conscientes das suas responsabilidades. Por isso cada país procura desenvolver o sentido nacional ensinando a história do país e os traços principais que fazem a originalidade do seu território. Por outro lado, os grandes confrontos territoriais a que se assiste na época giram principalmente em torno dos nacionalismos, convertendo as questões territoriais em temas relevantes, quer no que se refere às novas nações, à rivalidade entre as grandes potências de então, a Inglaterra, a França, a Alemanha e a Rússia, quer à formação e consolidação dos impérios coloniais (Claval, 1984).

Se a conjuntura sócio-política era aliciente, o contexto epistemológico dos estudos geográficos era-o também, já que se definia em torno das relações entre os homens e o ambiente em que viviam. Definida assim de um modo genérico esta orientação dos estudos geográficos, ela aparecia contudo marcada por diversos matices e alguns antagonismos de interpretação, desde a herança de Karl Ritter, que se fundava na compreensão das relações entre o destino dos povos e o seu ambiente, à orientação de Friedrich Ratzel, que indagava da originalidade dos povos nos diferentes meios de desenvolvimento e nos diferentes meios naturais, ou à orientação francesa, sob a influência de Vidal de la Blache, que sublinhava a importância das civilizações e na acção do homem na modelação dos seus quadros geográficos.

De qualquer modo, apesar das grandes diferenças que se foram evidenciando ao longo do período que cobre o último quartel do século XIX e o primeiro do século XX, os grandes temas da geografia política centram-se em torno do Estado, do povo e do território. Os corpos territoriais do Estado, o território, as fronteiras, as capitais, afirmam-se como objectos de estudo da geografia política, oferecendo um vasto campo de estudo inaugurado pela obra de F. Ratzel em *Politische Geographie*, vinda a público em 1897.

Este autor simboliza o ponto de convergência de uma corrente do pensamento naturalista e de uma corrente do pensamento filosófico que a análise atenta das suas fontes permitiria pôr em evidência. «A obra de Ratzel traz uma dupla marca: influência dos naturalistas do século XIX e influências dos grandes filósofos alemães. No país de Humboldt e Ritter não se podia ser geógrafo sem uma sólida formação das ciências naturais, particularmente em botânica; no país de Kant, Fichte, Hegel e Schopenhauer não se podia considerar que uma cultura geral era completa sem um bom domínio destas doutrinas filosóficas». Estas duas vertentes foram decisivas para a elaboração de uma teoria geral do comportamento dos homens, organizados em potência política, em função do meio físico (J. Gottmann, 1952). O território que nos é apresentado por Ratzel é o quadro natural em que se desenvolve a vida dos povos, diferenciados por níveis de desenvolvimento, cuja expressão se faz sentir na extensão territorial, superiorizando-se os povos civilizados (*Kulturvölker*) aos não civilizados (*Naturvölker*). A geografia política nascente forma-se em torno da expressão territorial do Estado, para cuja elaboração contribuíram os fundamentos da teoria do Estado de Hegel, a formação naturalista do autor e as interpretações sobre o devir das sociedades que as teorias evolucionistas então propunham. A componente naturalista e a totalidade que o modelo organicista lhe confere dão à geografia política de Ratzel um cunho de uma geografia do Estado que veicula implicitamente uma concepção totalitária, de um Estado todo-poderoso (Raffestin, 1981), ponto de vista que considera a capital, cabeça do poder do Estado, como um órgão importante do corpo espacial.

O pensamento de Ratzel parte da ideia de que existe uma ligação estreita entre o solo e o Estado. Nessa ligação encontra-se o elemento formador do Estado, que se opera com o enraizamento no solo de comunidades que exploram as potencialidades territoriais, um processo que ilustra profusamente, socorrendo-se de uma vasta erudição histórica e antropológica. Por outro lado, ao analisar a evolução do Estado, Ratzel mostra muito claramente o papel e a influência que podiam desempenhar as representações geográficas assim como as ideias religiosas e nacionais. Mas foi principalmente nos conceitos de posição (*Lage*) e de espaço (*Raum*) que Ratzel concentrou a sua preocupação aparecendo eles ao longo da suas obras como os termos espaciais nucleares da sua geografia política. Depois do território, é o estudo das fronteiras, enquanto órgãos periféricos do Estado, que retém longamente a sua atenção, procurando aqui distinguir a significação das zonas de contacto, de terra-mar, de mar e de montanha, sem esquecer as dos rios e dos lagos. Por fim, reserva ainda um largo espaço na sua vasta obra, ao estudo da população, das formas de povoamento e da circulação concebida enquanto movimento dos seres e das coisas.

No que diz respeito às capitais, Ratzel entende-as como um dos órgãos territoriais do Estado, a cabeça do corpo territorial, e classifica-as segundo a sua posição no território, a sua centralidade e a sua relação com as fronteiras de terra ou de mar². Depois de descrever a sua formação, a maior importância vai para as capitais que designa em situação mediana. Refere-se-lhes do seguinte modo: «De cada vez que a evolução histórica favoreceu a situação marginal como em Washington, Rio de Janeiro,

Buenos Aires ou St. Petersburg, a tendência para reencontrar uma situação mediana para a capital do Estado decorre precisamente de uma esperança de maior pureza do desenvolvimento do Estado no seu interior do que na periferia» (Ratzel, 1987).

Um pouco mais tarde, embora com alguns pontos comuns mas num contexto intelectual marcado já por significativas diferenças, Jean Brunhes e Camille Vallaux aparecem como os dois autores franceses que mais cedo se debruçaram com detalhe sobre o tema. O ambiente social e científico em que estes geógrafos desenvolveram a sua actividade era o da França do início do século XX, onde a pujança cosmopolita se combinava com o nacionalismo, o que veio a traduzir-se na formação da escola francesa de geografia para cuja identidade a rivalidade franco-alemã contribuiu de forma significativa. Nas diferenças que vêm a sobressair entre as escolas francesa e alemã, salientam-se, nomeadamente, as que respeitam à perspectiva metodológica traduzida na escola francesa por uma orientação que punha a evidência a contingência das obras dos homens na modelação da superfície terrestre, no seguimento das lições do seu mestre mais notabilizado, Paul Vidal de la Blache. A perspectiva anterior, elaborada pelos geógrafos alemães, deu lugar a uma outra que veio a designar-se de possibilismo, segundo o qual, «o meio físico não determina as actividades humanas, mas oferece simplesmente possibilidades, que o homem, como ser livre, utiliza ou desaproveita. Essa mesma liberdade, que constitui o mais característico do humano, faz que seja difícil alcançar, neste campo, leis gerais semelhantes às que se encontram na natureza» (Capel, Urteaga, 1982). A explicação, preocupação principal das orientações positivistas, que marcaram predominantemente a perspectiva iniciada na Alemanha por F. Ratzel, dá lugar, em França, a uma atitude que se centra na compreensão da realidade sócio-cultural, dando, em coerência com isso, uma importância cada vez maior ao entendimento dos lugares através da sua história.

É pois fundamentalmente no modo de abordagem que se patenteiam as diferenças em relação às reflexões da escola alemã que Ratzel personifica, já que tanto no domínio da geografia política como em outros os temas se repetem. O domínio de estudo de uma geografia política, a que preferiam chamar de geografia da história, definia-se para Jean Brunhes e Camille Vallaux como «o estudo geral da estrutura do Estado, o qual comporta, a seguir «à análise do estabelecimento territorial e das fronteiras, o da formação da *capital*». Continuando algumas reflexões anteriores, os mesmos autores consideram que este terceiro elemento da sociedade política faz parte, como os outros dois, da própria definição da sociedade, já que não há Estado sem existência de capital. As capitais podem tomar diversas matizes e dimensões, ser fixas ou móveis, permanentes ou temporárias, mas conservam, no entanto, sob estes diversos aspectos, sempre a sua condição de indispensável órgão da vida de Estado, ponto de concentração dos recursos e sede do pensamento e da vontade directores.

Recorrendo, como Ratzel, à analogia orgânica, em voga ao tempo, eles vêm-na a usar com maior parcimónia: «Se gostássemos das comparações biológicas caras aos sociólogos da escola de Spencer, diríamos que, no corpo do Estado, a capital é a cabeça pensante; as fronteiras seriam o tecido muscular onde se armazena a força

e as vias de comunicação o tecido nervoso, que transmite da cabeça aos músculos a vontade dirigente». Mas esta comparação é, para estes autores, «em parte inexacta como todas as comparações». Além disso, a capital de um Estado não é apenas a sede directora do pensamento e da acção políticas, visto que também, como aliás as próprias fronteiras, ela é «um reservatório de forças de ordem espiritual e de ordem material». A importância político-simbólica é expressa quando afirmam que «a capital não é apenas o reduto central do Estado, ela é quase o próprio Estado». De origem, espontânea ou artificial, a capital não se improvisa no meio de crises, antes representa uma construção que apenas o tempo pode cimentar, «quer nasça e progrida lentamente com o próprio Estado, quer ecluda tardiamente como uma espécie de coroamento do edifício» (Brunhes e Vallaux, 1921). Para o primeiro caso dão os exemplos de Paris, Londres e Berlim; de St. Petersbourg e Madrid, para o segundo.

Quando procuram o entendimento da sua génese assinalam que «o nascimento e a evolução da capital se desenvolve segundo um ritmo menos simples que o nascimento e a evolução das fronteiras», na medida em que «estas são exclusivamente obra do Estado, submetidas às leis do determinismo político» enquanto «a capital, ao contrário, tem um carácter misto». Este carácter é posto em evidência no facto de todas as capitais serem ou se tornarem cidades e cidades como as outras, para além do seu papel como centros dos Estados. Defendem, para uma melhor compreensão da sua natureza, que o «nascimento e a evolução destas cidades merecem um estudo especial», e que o seu desenvolvimento «não se faz da mesma maneira, de tal modo que uma ou outra destas cidades tem a primazia na ordem histórica» (Brunhes e Vallaux, 1921).

3. O Eclipse da Geografia Política e a Descrição e Classificação das Cidades Capitais

Desde os anos 30 e nomeadamente a partir da segunda grande guerra, os estudos de geografia política sofrem uma mudança em paralelo com o que acontece noutros campos da geografia, em especial no estudo das cidades. Esta mudança faz-se num contexto caracterizado pelo advento da economia liberal e por uma nova relação de forças internacional, caracterizada pela partilha da influência mundial pelas duas grandes potências e traduzida no conflito Este-Oeste.

Por outro lado, o descrédito do envolvimento anterior da geografia política no expansionismo alemão conduz ao esvaziamento do político e ao acentuar da dimensão científica e tecnocrática de outros domínios geográficos. A generalização dos estudos de índole funcionalista repercute-se na geografia política por um recentramento, em temas parcelares, como a avaliação da importância e dimensão dos territórios, o estudo analítico das fronteiras e das capitais dos Estados.

No caso específico do estudo das capitais, em razão da criação de novos Estados e da mudança de algumas capitais de outros, abre-se um campo de estudos com alguma inovação³. Para além dos estudos de caso então surgidos, encetam-se novas classificações como corolário do novo interesse pelas tipologias. Assim, às interpre-

tações da primeira fase juntam-se neste período as análises de D. Whittlesey (1944), as tipologias de Jefferson (1939) e O. H. K. Spate (1942) e as reflexões de D. Lowenthal (1958). Ao mesmo tempo na geografia urbana procedia-se, dentro do paradigma funcionalista, às classificações, de que se destacam autores como R. Hartshorne e Smailes, no mundo anglo-saxónico, ou Max Sorre e G. Chabot, no francófono. Todos eles dão atenção à capital-política com algum detalhe.

As classificações morfológicas da capital dos geógrafos do mundo anglo-saxónico tinham em consideração tanto a sua posição territorial como a sua localização em relação ao núcleo central do Estado (Whittlesey, 1942). Uma das mais sugestivas, apresentada por H. de Blij (1966), partia do ponto de vista da posição da capital em relação ao território estatal e às áreas nucleares. Conforme a sua antiguidade e grau de permanência, diferencia três tipos: a capital permanente, quando esta funcionava como centro político-cultural desde há vários séculos; a capital criada ou introduzida, nascida de uma decisão política de criação de um novo centro; e a capital dividida, quando, como em alguns Estados, como na Holanda ou na Bolívia, as funções governamentais aparecem repartidas por duas ou três cidades (R. Muir, 1975, De Blij, 1973). Outras faziam distinção entre capitais naturais e capitais artificiais (R. Muir, 1975). Estas propostas não colhiam o assentimento de toda a comunidade de geógrafos, como, por exemplo, Spate (1942) que, mostrando a futilidade de fazer a distinção entre capitais naturais e artificiais, põe a ênfase na complexidade de variáveis que influenciam a escolha de capitais, propondo como alternativa o estudo das suas funções históricas. O mesmo autor acaba por desenvolver a teoria de *Head Link*, a qual considera a capital como o centro director de uma cadeia que liga o Estado nacional ao seu passado, ou seja, noutros termos, a escolha da capital obedece ao princípio da imitação histórica ou do regresso às fontes. A criação de Roma, Belgrado ou Praga como capitais de novos Estados aparece aqui como exemplos clássicos do poder político de uma tradição (Sanguin, 1977; De Blij, 1973; Muir, 1975).

Também a importância populacional da capital prendeu, desde cedo, a atenção dos estudiosos desta questão. Depois de outros trabalhos em redor do tema, M. Jefferson (1939) formula a teoria da cidade principal (*primate-city*), na qual sustentava que em cada país há sempre uma cidade na qual se acham os produtos mais raros, os maiores talentos, os maiores cérebros, a possibilidade para os espíritos jovens e ambiciosos de alcançarem nomeada e fortuna. Esta cidade é, no país, aquela onde tudo é superlativo em produções intelectuais e materiais, em suma, uma cidade «expressiva da capacidade e do sentimento da nação» (Jefferson, 1939). É a lei da cidade principal (*law of the primate-city*) que, além de ser a cidade mais importante do país em tamanho, é-o também em influência nacional (Sanguin, 1977, e De Blij, 1973).

Uma das formulações mais sugestivas desta fase deve-se a D. Lowenthal (1958) que, num artigo acerca do processo de criação de uma capital para o frustrado Estado das Índias Ocidentais, vem concluir que «o carácter e intensidade da autoconsciência local são o cerne da pesquisa regional». Ou seja, «para compreender o que faz o lugar viver, deve ser conhecido não só o seu solo e clima, a economia e a população, a

sociedade e a cultura, mas também o que tanto os seus habitantes como os forasteiros pensam dele. Os homens procedem de acordo com as imagens que têm de si mesmos, dos outros e daquilo que os rodeia» (Lowenthal, 1958).

Um outro autor importante que se lhes refere é Jean Gottmann, embora de forma mais marginal, nos trabalhos sobre a urbanização contemporânea, primeiramente, acerca das megalópoles e dos processos de urbanização, para, mais tarde, em 1977, vir ainda a debruçar-se mais especificamente sobre o tema. A obra deste autor veio a ter uma influência decisiva fora do campo da geografia, em particular no estudo que A. Toynebee dedica às cidades capitais⁴.

As contribuições francesas deste período inserem-se preferencialmente em trabalhos de geografia urbana, desenvolvendo-se neles alguns dos temas enunciados pelos geógrafos do início do século, acerca da localização das capitais, como se pode observar em Max Sorre quando se refere à relação entre a capital e as vias de circulação. Este autor invoca a lição de Vidal de la Blache para associar estreitamente a localização e a importância da capital com a rede viária, referindo-se ao caso de Paris, e acentua como essencial a posição central da capital (Sorre, 1961).

Por sua vez, George Chabot (1948 e 58) considera as capitais como um dos tipos da sua classificação funcional das cidades, «como centro político e administrativo do país, agrupando funções de toda a ordem requeridas pelo exercício do poder» (Chabot, 1958). Partindo da ideia central de Jefferson, ele considera que «a capital se enche de uma população cada vez mais numerosa». A capital é «quase sempre a residência do soberano ou do chefe do Estado», mas, mais do que um centro político e administrativo, «converte-se num centro de vida mundana» — é aí que acontecem as recepções e as festas, quer por ocasião das solenidades nacionais quer em honra de estrangeiros, é aí que na maioria dos casos se concentra a vida artística e literária (Chabot, 1958). Por fim, considera, além das capitais cuja função normal é abrigar a direcção política de um país, a existência de outros centros cuja acção ultrapassa as suas fronteiras. É o que designa por supercapitais, as capitais de impérios, como Londres, Madrid, Lisboa, Viena ou mesmo Paris e Amsterdão. Outras ainda são sede de religiões, como a Cidade do Vaticano, ou de organizações internacionais, como Genève ou New York (Chabot, 1958).

4. A Renovação da Geografia Política, Transdisciplinaridade e as Novas Abordagens

No final dos anos 60 e, nomeadamente, na década seguinte, inicia-se uma série de mudanças no domínio dos estudos geográficos, acompanhando de resto o que se passa em outros campos do saber, que vêm abrir novas perspectivas à abordagem geográfica dos temas políticos. Assim, assiste-se, de um lado, ao que se pode caracterizar como o coroamento dos desenvolvimentos iniciados desde os anos 50, procurando a explicação para as tipologias até aí elaboradas; de outro, ao início de uma nova fase, cuja característica principal é o retomar de forma assumida e empenhada da esfera política na explicação geográfica e o recurso às teorizações de âmbito

sócio-político. Os contextos sociais e políticos assim o exigem, vendo-se estender a reflexão aos temas das políticas públicas, do território do Estado e das questões internacionais, respeitantes ao domínio da repartição das dominações políticas e económicas do mundo contemporâneo. Esta combinação faz com que, agora, o interesse renovado pelos temas da geografia política apareça combinado com as temáticas sócio-económicas em torno dos temas do poder, da dominação e da sua territorialidade (Claval, 1984), aos quais se vêm juntar outras preocupações de tipo cultural, das mentalidades e do simbólico (Agnew e Duncan, 1989). As fronteiras dos domínios de estudo esbatem-se, abrindo caminho à transdisciplinaridade, o que, se tornou mais problemática a definição dos campos disciplinares, abriu à investigação a novos horizontes.

Esta diluição dos limites disciplinares abre uma nova fronteira que o tema da cidade-capital ilustra cabalmente. A cidade-capital aparece dotada de uma maior importância na medida em que nela se polarizaram fenómenos de poder ao mesmo tempo económico, social e político, mas também simbólico e cultural, com expressão nas territorialidades e nas identidades que lhes estão associadas. Embora o discurso sobre as capitais tenha sido relegado para segundo plano, aparecem novos indícios de reavaliação quando se consideram as perspectivas abertas pelo alargamento a temáticas em que se valorizam questões como as representações e os imaginários. Sendo as capitais lugares de mediação das gentes e dos territórios por elas dominados, entre si e também, em relação a outros povos e territórios, o seu estudo oferece, dentro das novas trajectórias da geografia, uma grande diversidade de perspectivas. Mas, para além das capitais de Estado, a atenção centra-se nas cidades mundiais, como fenómeno maior da urbanização contemporânea e da mundialização da economia e das culturas.

Assim, emerge um discurso sobre as capitais com orientações multifacetadas e de fronteiras indefinidas com outras preocupações que se pode sintetizar em cinco linhas de abordagens mais ou menos enraizadas em reflexões anteriores.

Uma primeira, em continuidade com as preocupações anteriores do autor sobre temas de geografia política, em particular acerca da significação do território, diz respeito a Jean Gottmann. Num artigo que, em 1977, vem a publicar na revista *Ekistics*, intitulado *The Role of The Capital Cities*, dá conta de que um número crescente de cidades tinha adquirido o estatuto e a função da capital política como resultado da crescente divisão política do mundo, quer em razão das independências de novos países quer do facto de muitos destes terem adoptado um sistema constitucional federativo ou regional. Depois de se referir às capitais novas e ao crescimento das capitais antigas, mostra o papel de uma capital dos nossos dias, o qual deve assentar na combinação de numerosos factores que resume em três categorias. Uma primeira deve medir a dimensão nacional e local da capital, a segunda põe a ênfase na rede de relações externas relativas ao papel político, e por último, a terceira categoria de factores exprime o controlo e o grau de intervenção que, a partir da capital, a autoridade de Governo exerce sobre a população, os recursos e as actividades. Em seguida, refere-se à importância transnacional das capitais e aos efeitos das

modernas transformações do trabalho e da sociedade que fazem crescer de importância a função da cidade-capital na selecção dos centros em desenvolvimento. Conclui afirmando que a trama das cidades capitais se converte, cada vez mais, na base de uma rede de cidades transnacionais (Gottmann, 1977).

A segunda abordagem, prolongando também uma tradição de trabalhos anteriormente encetados, apresenta-se com fronteiras pouco definidas com outros domínios dos estudos urbanos. Assim, o tema das cidades-capitais, aparece, neste caso, associado ao estudo das metrópoles e das cidades-mundiais, como o ilustram, nomeadamente, as obras de Peter Hall, *The World Cities* (1966 e 1984), W. Robson e D. Regan, *Great Cities* (1972) e Emrys Jones, *Metropolis. The World's Great Cities* (1990). A relação entre as grandes cidades e as capitais é grande, como o expressa E. Jones quando afirma que «as bases do poder apreciam-se com maior clareza nas metrópoles que além do mais são capitais, pois por definição estas assumiram o controlo político do Estado» (Jones, 1990).

Em terceiro lugar, a perspectiva aberta pela apresentação que P. J. Taylor (1985) faz das cidades-capitais na sua *Political Geography*. Este autor procura interpretar as cidades capitais, socorrendo-se das tipologias anteriormente formuladas, à luz da teoria do sistema mundial. Baseia-se para isso nas reflexões de Henrikson (1983), o qual, ao fazer a revisão da literatura acerca das cidades-capitais — que considera manifestamente eurocêntrica — põe em evidência dois tipos ideais de cidades: o conceito europeu de capital de Estado, dominante nas esferas política, cultural e económica, e o conceito norte-americano, a capital como um centro especializado na esfera política. Partindo desta distinção, P. J. Taylor propõe a superação dos problemas postos pelas diferentes definições das cidades-capitais, pelo recurso da teoria do sistema mundial, desenvolvida por Immanuel Wallerstein. Em resultado disso, passa a considerar três tipos de cidades-capitais: um correspondente aos processos de urbanização e de organização política dos países do centro, outro aos processos da periferia e um terceiro reflectindo as estratégias passadas ou actuais das semiperiferias. Assim, ao tipo ideal europeu de cidade-capital corresponderia o primeiro caso, às cidades capitais dos países da América Latina, África e Ásia, o segundo tipo, e, por fim, ao tipo ideal norte-americano, as que dizem respeito ao desenvolvimento das cidades-capitais em situação de semiperiferia do sistema mundial aquando da sua formação (Taylor, 1985). Embora sugestivo, este esquema levanta outros problemas, nomeadamente aqueles que se prendem com a historicidade dos processos sócio-espaciais e com as questões relativas aos contextos culturais subjacentes na génese das capitais.

Uma quarta orientação, sugerida por Raffestin em *Pour une Géographie du Pouvoir*, que inspirando-se na semiologia estrutural, vem a considerar a capital como um conjunto de sistemas sémicos que mediatizam as relações de poder (Raffestin, 1981). Este autor acentua o significado da capital como lugar onde se centram as relações de poder e a partir do qual se constitui a territorialidade. Sendo «a capital a expressão, mais ou menos duravelmente estável, de uma representação política», ela opera ao mesmo tempo uma marginalidade em tudo ou em parte do que a rodeia,

ao simbolizar a centralidade da configuração política. A centralidade de que é dotada qualquer capital, quer seja multifuncional ou possua uma importância demográfica significativa em relação ao resto do país, impõe-se às outras cidades e regiões, nos domínios político, económico e sócio-cultural.

Lugar de decisão e de dominação, a capital afirma-se pela centralidade de que é dotada. O espaço e o tempo político impõem a sua estruturação pelo facto de as questões essenciais serem resolvidas na maioria dos casos na capital. Por outro lado, por nela se localizarem as sedes sociais das grandes empresas no domínio económico, a capital concentra um grande número de casos de decisões. Ainda, no campo sócio-cultural, a capital domina os sistemas sémióticos (a língua, a cultura e a informação) e por meio deles age sobre o território por onde se estende a sua dominação (Rafestin, 1981).

Por fim, e mais recentemente, as cidades-capitais como lugares simbólicos e dotados de centralidade cultural têm merecido uma maior atenção dos geógrafos, quer retomando alguns temas esquecidos, nomeadamente aqueles que valorizavam a dimensão simbólica e identitária da capital, quer alargando o seu estudo, aos temas da contextualização da produção simbólica do espaço e das representações que lhe estão associadas. A ênfase é posta agora na cidade-capital como lugar simbólico, combinando a imaginação geográfica com a imaginação sociológica, na linha dos trabalhos de D. Ley, J. Agnew e J. Duncan (1989). Algo próximo situam-se as tentativas que alguns estudos da década de 80 iniciam no domínio cultural (Harvey, 1985; Allen Scott e Edward Soja, 1986)⁵. D. Gregory, em *Geographic Imaginations* (1994), resume os novos pontos de vista à exploração de «algumas das conexões entre espacialidade e representação, entre política e poética e entre a cidade e o modernismo», sobreposição de temas que reúne sob o título de cidades-capitais. Uma perspectiva que evidencia, por um lado, as influências dos trabalhos de Malcolm Bradbury acerca do modernismo com arte das cidades a que chama *capitais-culturais*⁶, e, por outro, dos geógrafos David Harvey, sobre Paris do fim de século, Allen Scott e Edward Soja, sobre Los Angeles, e Alan Pred, sobre Estocolmo.

¹ A relação entre organização política e a entidade urbana expressa um dos tipos ideais de Max Weber quando opõe, às cidades da Antiguidade oriental, as cidades dos impérios orientais, da Índia e da China. Diferentemente daqueles, estes são lugares onde a autoridade imperial é exercida, sedes ou lugares intermediários do poder, os quais não geram quaisquer negócios, em virtude de a classe dirigente apenas se ligar à burocracia do imperador ou do príncipe (Max Weber, 1921, 1982).

² Quanto ao significado da cidade política, Ratzel evidencia-o quando refere: «A maior concentração de forças políticas é atingida nas cidades: nestas a extensão é literalmente suprimida da série de obstáculos políticos. O resultado é um desenvolvimento fulminante, uma convergência dos contrários para os centros que se elevam sobre uma vasta área de controlo, cujo nível permanece num plano inferior ao dos respectivos centros» (Ratzel, 1987).

- ³ Nos anos cinquenta e sessenta, destacam-se, no âmbito dos estudos monográficos, os que dão conta das cidades-capitais dos novos Estados emergentes da descolonização, quer em África, como Acra na Gana, Nairobi no Quênia, Freetown na Serra Leoa ou Gaborone no Botswana, quer na Ásia, como Nova Delhi na Índia, Islamabad no Paquistão ou Rangum na Birmânia, entre outros.
- Além destes, devem ainda ser referidos, uma meia dúzia de estudos que tratam da criação de Brasília como nova capital do Brasil, de modo a implementar a expansão para o interior do território, ou da avaliação, passado meio século, da escolha de Camberra para capital da Austrália.
- Por fim, merecem ainda menção os estudos dedicados às grandes cidades-capitais como Paris, Roma, Moscovo, Viena ou Pequim, nomeadamente a obra organizada por W. A. Robson, *The Great Cities of the World*, em 1957.
- ⁴ O livro do historiador A. Toynbee, *Cities on the Move* (1970), dedica vários capítulos às cidades-capitais, sendo largamente devedora, como reconhece o autor, da influência do geógrafo Jean Gottmann, em especial de *Megalopolis: The Urbanized Northeastern Seaboard of the United States*, 1961.
- ⁵ David Harvey: *The Consciousness and the Urban Experience*, Oxford, 1985, e Allen Scott e Edward Soja, «Los Angeles: Capital of the Late Twentieth Century», *Environment and Planning D: Society and Space*, 4, 1986.
- ⁶ Nestas capitais de cultura, por vezes nem sempre as capitais políticas nacionais... desenvolve-se uma atmosfera efervescente de novas ideias e de novas artes, que atrai não só jovens escritores locais como futuros escritores, artistas, escritores de viagens e exilados de outros países. Nestas cidades, com os seus cafés e cabarés, jornais, editores e galerias, foi-se elaborando uma nova estética.
- Malcolm Bradbury, «The cities of modernism», in M. Bradbury e J. McFarlane (ed.), *Modernism (1890-1930)*, Londres, 1976 (96-104).

Referências Bibliográficas

- Agnew, J., e Duncan, J. S. (eds.) (1989), *The power of place. Bringing together the geographical and sociological imaginations*, Londres, U. Hyman.
- Brunhes, J., e Vallaux, C. (1921), *La géographie de l'histoire. Géographie de la paix et de la guerre sur terre et sur mer*, Paris, Lib. F. Alcan.
- Capel, H., e Urteaga, L. (1982), *Las nuevas geografias*, Barcelona, Salvat.
- Chabot, G. (1948 e 1958), *Les villes*, Paris, Lib. A. Colin.
- Chabot, G., e Beaujeu-Garnier, J. (1963), *Traité de géographie urbaine*, Paris, Lib. A. Colin.
- Claval, P. (1984), *Géographie humaine et économique contemporaine*, Paris, PUF.
- De Blij, H. (1973), *Systematic political geography*, N. York, Wiley.
- Gottmann, J. (1952), *La politique des États et ses territoires*, Paris, Lib. A. Colin.
- Gottmann, J. (1977), *The Role of Capital City*, *EKistics*, 264.

ESTUDOS

- Lefèbvre, H. (1970), *La révolution urbaine*, Paris, Gallimard.
- Lowenthal, D. (1958), «The West Indies chooses a capital», *The Geographical Review*, 48, 3.
- Muir, R. (1975), *Modern political geography*, Londres, Macmillan.
- Mumford, L. (1970), *The culture of cities*, N. York, HBJ.
- Raffestin, C. (1981), *Pour une géographie du pouvoir*, Paris, LITEC.
- Ratzel, F. (1897; 1987), *Géographie politique. Les concepts fondamentaux. Choix de textes*, Paris, Fayard.
- Roncayolo, M. (1990), *La ville et ses territoires*, Paris, Gallimard.
- Sanguin, A. L. (1977), *La géographie politique*, Paris, PUF.
- Sorre, M. (1961), *L'Homme sur la Terre*, Paris, Hachette.
- Taylor, P. J. (1985), *Political geography. World-economy, nation-state and locality*, N. York, Longman.
- Weber, M. (1921, 1982), *La ville*, Paris, Aubier Montaigne.
- Whittlesey, D. (1944), *The Earth and the State*, N. York, H. Holt and C^o.